

**Procedimento concursal comum para recrutamento de 2 Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação, para exercer funções no Departamento de Sistemas de Informação, da Entidade Orçamental, através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

### **Ata n.º 1**

Pelas 12 horas do dia 19 de dezembro de 2025, reuniu o júri designado pelo Sr. Diretor-Geral da Entidade Orçamental, através do Despacho explanado na informação de serviço P 5199/2025, datado de 13/10/2025, para prossecução do procedimento concursal acima identificado, constituído por Joaquim Muxagata, Subdiretor-Geral da Entidade Orçamental, na qualidade de Presidente, Margarida Eira, Diretora do Departamento de Sistemas de Informação, como 1.ª Vogal Efetiva, que substitui o Presidente nas suas ausências e impedimentos e Patrícia Saragaço, Chefe da Unidade de Gestão de Pessoas, como 2.ª Vogal efetiva.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1** – Definição dos métodos de seleção, parâmetros de avaliação, ponderações, grelhas classificativas, valoração final de cada método de seleção e fórmula de cálculo da classificação final;

**Ponto 2** – Definição dos critérios de ordenação, a aplicar em caso de igualdade de classificação final.

**Ponto 3** – Aprovação da consequência da não comprovação dos requisitos necessários para a determinação do método de seleção aplicar.

Aberta a sessão pelo presidente do júri e verificada a existência de quórum, deu-se início à ordem de trabalhos definida.

**Ponto 1 - Definição dos métodos de seleção, parâmetros de avaliação, ponderações, grelhas classificativas, valoração final de cada método de seleção e fórmula de cálculo da classificação final.**

Os métodos de seleção a aplicar são, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 36.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP) e no artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a **Prova de Conhecimentos (PC)** ou **Avaliação Curricular (AC)**, como métodos de seleção obrigatórios a aplicar consoante as situações, e a **Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)**, como método de seleção complementar.

#### **1 - Métodos de seleção obrigatórios:**

**1.1 - Prova de Conhecimentos (PC)** - Será aplicada aos candidatos que não estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, ou

aos candidatos que tenham optado pela aplicação da prova de conhecimentos, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP.

1.1.2. Visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício da função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa;

1.1.3. A prova de conhecimentos será de natureza técnica, de realização escrita, individual e presencial, com a duração de 60 minutos, e será avaliada de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas. Durante a realização da prova de conhecimentos, não será permitida a consulta de legislação, nem a utilização de telemóveis, computadores ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado.

1.1.4. A prova é composta por 20 perguntas de escolha múltipla (valendo 1 valor cada). Todas as respostas são dadas no enunciado da prova, nos espaços reservados para o efeito. Cada pergunta não respondida é classificada em zero valores.

1.1.5. Será aplicada em igualdade de circunstâncias a todos os candidatos, ou seja, a mesma prova, no mesmo dia e hora, não sendo assim possível a realização de 2.ª chamada.

1.1.6. Área Temáticas a abordar:

**a) Gerais:**

- i. Sistemas operativos
- ii. Conceitos de hardware de computadores pessoais
- iii. Configuração de postos de trabalho e apoio a utilizadores
- iv. Infraestruturas tecnológicas e redes de comunicação

**b) Específicos:**

- I. Orgânica do Ministério das Finanças, Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, na sua redação atual;
- II. Reestruturação da Direção-Geral do Orçamento e orgânica da Entidade Orçamental, Decreto-Lei n.º 53/2025, de 28 de março;
- III. Missão e atribuições da Entidade Orçamental;
- IV. Proteção de dados Pessoais (Regulamento Europeu RGPD e Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto);
- V. Manual de instalação e reparação de computadores – António Branco /FCA- Editora Informática / ISBN 978-972-722-808-9





1.1.7. A folha de identificação, da prova de conhecimentos e os critérios de correção da mesma constam do Anexo I da presente Ata, constituindo parte integrante da mesma. Para efeitos de publicação, a prova de conhecimentos será intencionalmente ocultada.

**1.2 - Avaliação Curricular (AC)** – visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação literária, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho.

1.2.1 - Será aplicada aos candidatos que se encontrem na carreira de técnico de sistemas e tecnologias de informação, se encontrem a cumprir ou executar atribuições, competências ou atividades caraterizadoras do posto de trabalho a ocupar, e não tenham expressamente afastado a avaliação curricular nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP.

1.2.2 – A avaliação curricular será efetuada de acordo com os parâmetros constantes do Anexo II (Ficha de Avaliação Curricular) da presente ata, sendo avaliados os seguintes elementos:

**1.3 - Habilitações Literárias (HL)** - Constituindo um fator obrigatório do método de seleção “Avaliação Curricular”, neste procedimento exige-se que os candidatos possuam o Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF (Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação), aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, do Catálogo Nacional das Qualificações, previsto no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, ou habilitação superior. Nesse sentido, a titularidade de habilitações literárias de grau superior, deve ter uma ponderação diferente na avaliação curricular por, em abstrato, conferir aos seus detentores uma capacidade acrescida para a compreensão e enquadramento das tarefas e responsabilidades do posto de trabalho a preencher. Doutro modo, não teria efeito útil, para a escolha dos candidatos, a utilização deste fator na avaliação curricular.

As **Habilitações Literárias (HL)** obtidas fora de Portugal apenas serão consideradas se acompanhadas do documento comprovativo do seu reconhecimento em território nacional.

**A este parâmetro é atribuída uma ponderação de 10%.**

- **Experiência profissional (EP)** - incide sobre as atividades e funções idênticas ao posto de trabalho a ocupar, conforme previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Despacho n.º 6220/2025, de 3 de junho, publicado na 2ª série do Diário da República, n.106, de 3 de junho de 2025, valorizando-se em particular a experiência no exercício de funções de:

a) Prestar apoio local e/ou remoto a utilizadores e equipamentos;



- b) Apoiar os utilizadores na resolução de problemas com a utilização de equipamentos ou de sistemas de informação;
- c) Instalação de postos de trabalho;
- d) Instalação de infraestruturas;
- e) Gerir e monitorizar as infraestruturas informáticas;
- f) Diagnosticar e resolver problemas de hardware e software;
- g) Efetuar, analisar ou encaminhar pedidos para outras equipas (internas ou externas);
- h) Gestão e inventário dos equipamentos informáticos.

**A este parâmetro é atribuída uma ponderação de 55%.**

**1.4 - Formação Profissional (FP)** - serão considerados os cursos, ações de formação, colóquios, congressos, workshops, jornadas e outros eventos equiparados, diretamente relacionados ou complementares às áreas do posto de trabalho. Não serão contabilizadas neste parâmetro as horas frequentadas em cursos conferentes de graus académicos. Apenas serão considerados os cursos cuja duração total tenha decorrido desde 01.01.2019, e que se encontrem devidamente comprovados.

No caso de os documentos comprovativos não indicarem a sua duração em número de horas, atribuem-se 7 horas por dia, 35 horas por semana, e 154 horas por mês.

**A este parâmetro é atribuída uma ponderação de 15%.**

**1.5. - Avaliação do Desempenho (AD)** – Serão consideradas apenas as avaliações de desempenho que sejam devidamente comprovadas documentalmente. As avaliações do desempenho dos últimos 3 ciclos avaliativos são as obtidas desde o biénio de 2019/2020, inclusive. Em caso de ausência de avaliação em algum dos ciclos avaliativos, por motivos não imputáveis ao candidato, o júri considera, para efeito da avaliação curricular desse ciclo avaliativo, a menção de adequado.

**A este parâmetro é atribuída uma ponderação de 20%.**

**1.6 - A grelha classificativa a considerar no âmbito da AC consta do Anexo II da presente Ata e que dela faz parte integrante.**

**2 - Método de seleção facultativo ou complementar:**





*função*

(5 de 20)

#  
8

**2.1 - Entrevista de Avaliação de competências (EAC)** - Será aplicada a todos os candidatos que sejam admitidos ao procedimento concursal e obtenham aprovação no método de seleção obrigatório que lhes for aplicado.

**2.2 - A avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** será expressa numa escala de 0 a 20 valores com expressão até às centésimas, sendo a classificação obtida da média aritmética simples, das classificações dos elementos a avaliar.

**2.3 – Serão avaliadas as seguintes competências:**

- Orientação para a colaboração
- Análise Crítica e Resolução de Problemas
- Gestão do Conhecimento
- Iniciativa

**2.4 - A grelha classificativa a considerar no âmbito da EAC** consta do Anexo III, da presente Ata e que dela faz parte integrante.

**3 - Classificação Final:** A classificação Final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas, através de uma das seguintes fórmulas, a aplicar consoante os métodos de seleção que tenham sido utilizados:

$$CF = (70 \% PC) + (30 \% EAC) \text{ ou } CF = (70 \% AC) + (30 \% EAC)$$

**Em que:**

CF = Classificação Final

PC = Classificação da Prova de Conhecimentos

AC = Classificação da Avaliação Curricular

EAC = Classificação da Entrevista de Avaliação de Competências.





## **Ponto 2 – Definição dos critérios de ordenação, a aplicar em caso de igualdade de classificação final**

Em caso de igualdade de classificação final, são aplicados os critérios de ordenação preferencial previstos no n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

O júri fixa os seguintes critérios de desempate, a aplicar de forma sucessiva, caso o empate subsista, conforme possibilidade prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro:

- 1.º Maior valoração no 2º método de seleção;
- 2.º Classificação qualitativa mais elevada na última Avaliação do Desempenho efetivamente obtida;
- 3.º Maior antiguidade na carreira de grau de complexidade 2.

## **Ponto 3 – Aprovação da consequência da não comprovação dos requisitos necessários para a determinação do método de seleção aplicar**

O júri deliberou que os candidatos que não comprovem que detêm os requisitos necessários para que lhes seja aplicada a Avaliação Curricular, ou seja, pertencerem à carreira de técnico de sistemas e tecnologias de informação e estarem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, não serão excluídos do procedimento, mas ser-lhes-á aplicada a Prova de Conhecimentos como método de seleção obrigatório.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e considerada conforme, foi assinada pelos presentes.

Presidente do Júri,

(Joaquim Muxagata)

1.ª Vogal Efetivo

(Margarida Eira)

2.ª Vogal Efetiva,

(Patrícia Saragaço)

